

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

1 Em janeiro de 2000, o Governo Central obteve um superávit primário de R\$ 1,5 bilhão, cerca de 1,6% do PIB do período. O Tesouro Nacional atingiu um superávit de R\$ 2,2 bilhões (2,5% do PIB), enquanto que a Previdência Social e o Banco Central foram deficitários em R\$ 725,2 milhões (0,8% do PIB) e R\$ 43,1 milhões, respectivamente.

O superávit primário do Governo Central foi de R\$ 1,5 bilhão, equivalente a 1,62% do PIB, no mês de janeiro.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000**

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Dez	Jan
	1999	1999	2000
I. RECEITA TOTAL	15.265,6	23.061,3	18.486,6
I.1. Receitas do Tesouro	11.742,1	15.933,6	14.540,6
I.1.1 Receita Bruta	11.897,3	16.536,2	15.144,7
I.1.2. (-) Restituições	(82,5)	(542,5)	(532,6)
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(72,7)	(60,1)	(71,4)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.523,5	7.127,7	3.946,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.014,8	3.147,9	3.473,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	12.250,8	19.913,4	15.012,7
IV. DESPESA TOTAL	11.326,7	21.609,4	13.512,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	3.735,3	5.944,5	5.379,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.320,8	8.610,9	4.671,1
IV.3. Custeio e Capital	3.270,7	7.054,0	3.461,3
IV.3.1. Despesas do FAT	346,4	555,4	315,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	165,5	153,4	55,8
IV.3.3. Outras Despesas	2.758,8	6.345,3	3.090,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	924,1	(1.696,0)	1.500,4
V.1. Tesouro Nacional	1.721,4	(212,8)	2.225,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(797,3)	(1.483,2)	(725,2)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(42,0)	(106,5)	(43,1)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	882,0	(1.802,5)	1.457,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,22%	-2,05%	1,62%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan 1999/2000 (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	2,4%	2,5%
Previdência Social	-1,1%	-0,8%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	1,2%	1,6%

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Jan 1999/2000	
Receitas	21,1%
Tesouro	23,8%
Previdência	12,0%
Transferências	15,2%
Receita Líquida	22,5%
Despesas	19,3%
Benefícios	8,1%
Pessoal	44,0%
Custeio e Capital	5,8%

Esse resultado é 0,4 ponto percentual superior àquele obtido em janeiro do ano passado. O melhor desempenho decorreu, em boa medida, da redução de 0,7 ponto percentual do PIB nas despesas do Governo Central no período em análise, em particular relativas a custeio e capital. Tal redução mais que compensou a queda relativa das receitas líquidas de transferências (0,2 ponto percentual do PIB), explicada basicamente pelo não recolhimento de recursos de conta petróleo e dividendos no mês, em comparação com janeiro de 1999.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan 1999/2000 (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	21,1%	20,6%
Transferências	4,2%	3,9%
Receita Líquida	16,9%	16,7%
Despesa Total	15,7%	15,0%
Resultado Primário	1,2%	1,6%

Tesouro Nacional

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan 1999/2000 (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,2%	16,2%
Transferências	4,2%	3,9%
Despesas do Tesouro	9,7%	9,9%
Resultado Primário	2,4%	2,5%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan 1999/2000 (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	3,5%	3,0%
Desoneração do ICMS	0,5%	0,3%
Demais	0,2%	0,5%

**Aumento do superávit do
Tesouro Nacional em
função da expressiva
redução dos gastos com
custeio e capital.**

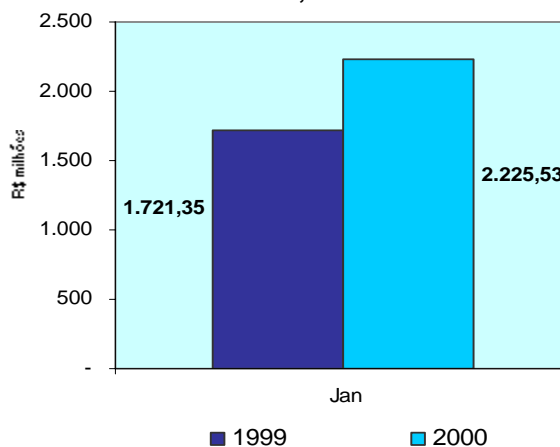
O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 2,2 bilhões, equivalente a 2,5% do PIB do período, contribuindo para melhora do resultado primário do Governo Central em 0,1 ponto percentual do PIB. As receitas totais elevaram-se, de R\$ 11,7 bilhões em janeiro de 1999, para R\$ 14,5 bilhões, mantendo-se constantes em termos percentuais do PIB.

As despesas totais apresentaram incremento equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, associado à alteração da legislação referente às datas de pagamento do salário do funcionalismo público. Deve-se destacar, todavia, a redução das despesas com custeio e capital da ordem de 0,6 ponto percentual do PIB.

As transferências a estados e municípios apresentaram, no seu conjunto, queda equivalente a 0,3 ponto percentual do PIB. Em janeiro de 1999, as transferências constitucionais haviam sido maiores devido ao recolhimento extraordinário de imposto de renda, no mês de dezembro, a título de antecipação do imposto sobre aplicações em fundo de renda fixa com aniversário posterior ao dia 22.12.98, como resultado das mudanças na sistemática de seu recolhimento a partir de julho de 1998.

Por sua vez, os repasses a título de ressarcimento pela desoneração do ICMS sobre exportações refletem a mudança nos critérios de opção da metodologia de seu cálculo, em janeiro de 1999, que se traduziram em transferências extraordinárias aos estados e municípios naquele mês.

**Superávit do Tesouro Nacional
Brasil, 1999/2000**



Em relação ao mês de dezembro de 1999, o recolhimento de impostos e contribuições sociais reduziu-se em R\$ 979,4 milhões, particularmente nas seguintes receitas: i) IRRF-Rendimento do Trabalho (R\$ 901,1 milhões), devido à tributação do 13º salário no mês de dezembro; ii) CPMF (R\$ 411,7 milhões), afetado pelas quatro semanas de fatos geradores neste mês contra cinco em dezembro; e iii) IPI (R\$ 411,3 milhões), em decorrência do aquecimento sazonal das vendas em dezembro, associado à redução do valor das importações tributadas no âmbito do IPI-Vinculado.

Por outro lado, destaque-se o crescimento da Cofins (R\$ 457,1 milhões) e da contribuição para o PIS/PASEP (R\$ 110,8 milhões), em função da sazonalidade das vendas em dezembro, mês do fato gerador dessas receitas. Adicionalmente, observou-se incrementos de R\$ 151,8 milhões no IRPJ e R\$ 184,0 milhões na CSLL, devido ao recolhimento da primeira cota ou cota única referente ao resultado apurado no último trimestre do ano passado.

Com relação às demais receitas, registre-se que, em dezembro de 1999, haviam sido recolhidos R\$ 437,5 milhões a título de dividendos de empresas estatais, sendo R\$ 317,5 milhões a última parcela relativa ao exercício de 1998, devida pelo BNDES. Em janeiro de 2000, não foi efetuado nenhum pagamento de dividendos.

As receitas brutas do Tesouro perfizeram 16,9% do PIB, valor 0,4 ponto percentual do PIB superior às arrecadadas em janeiro de 1999. Observa-se um crescimento relativo nas receitas de contribuições, de 1,9 ponto percentual do PIB, em contrapartida à redução nos impostos, de 0,5 ponto percentual do PIB. O crescimento das contribuições está, em grande medida, associado a mudanças na legislação.

Cumprir mencionar o recolhimento adicional de R\$ 1,8 bilhão da COFINS, decorrente do aumento na sua alíquota e extensão da incidência às instituições financeiras para os fatos geradores de fevereiro, conforme Lei no 9.718/98. Ademais, registre-se o aumento no patamar de arrecadação da CPMF, de cerca de R\$ 500 milhões, também em virtude da elevação na alíquota, de 0,20% para 0,38% a partir de 17/06/99, permitida pela Emenda Constitucional no 21/99.

Por outro lado, o IOF caiu R\$ 22,2 milhões, devido à redução da alíquota, de 6,0% para 1,5%, nas operações de crédito das pessoas físicas, conforme Portaria nº 385 de 14/10/99. A CSLL também reduziu-se em R\$ 25,3

Receitas do Tesouro em relação a dezembro/99

No mês de janeiro, as receitas do Tesouro reduziram-se R\$ 894,4 milhões em relação a dezembro de 1999 devido a fatores sazonais.

Receitas do Tesouro em relação a janeiro/99

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan 1999/2000 (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	8,5%	8,0%
Imposto de Renda	5,8%	5,6%
IPI	1,7%	1,4%
Outros	1,0%	0,9%
Contribuições Sociais	5,7%	7,6%
Cofins	2,2%	3,8%
CPMF	0,9%	1,3%
CSLL	0,9%	0,7%
Outras	1,7%	1,8%
Demais	2,3%	1,3%
Conta Petróleo	0,8%	0,0%
Dividendos da União	0,6%	0,0%
Concessões	0,1%	0,1%
Outras	0,8%	1,2%
Total Bruto	16,5%	16,9%

milhões devido à compensação de até um terço da Cofins, permitida pela Lei nº 9.718/98.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan 1999/2000		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	1.645,2	1.188,4
Conta Petróleo	579,5	-
Dividendos da União	437,5	0,0
Concessões	71,6	74,4
Outras	543,0	998,0

Com relação às demais receitas, observa-se a ausência de recolhimentos a título de conta petróleo e dividendos, o que contribuiu para reduzir o total da arrecadação em 1,4 ponto percentual do PIB. Em janeiro de 1999, haviam sido pagos R\$ 408,6 milhões de dividendos pelo BNDES.

Quanto às outras receitas, destaca-se o crescimento daquelas arrecadadas diretamente pelos órgãos da administração direta e indireta, como pelas agências reguladoras de energia e telecomunicações (+74,3%), tarifas aeroportuárias e de navegação aérea (+61,4%), e pelos serviços de processamento de dados associados ao *bug* do milênio (+81,9%).

Despesas do Tesouro em relação a dezembro/99

*As despesas com
custeio de capital
caíram R\$ 3,6 bilhões,
de dezembro de 1999
a janeiro de 2000.*

As despesas do Tesouro Nacional caíram, de R\$ 13,0 bilhões em dezembro de 1999, para R\$ 8,8 bilhões, em janeiro de 2000. A maior queda correspondeu às despesas de custeio e capital, que passaram de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 3,5 bilhões no mês em análise. Além dessas despesas serem sazonalmente mais elevadas no último mês do ano, houve concentração de pagamento de sentenças judiciais e precatórios no mês de dezembro de 1999.

Em janeiro, a folha com funcionalismo ficou R\$ 564,6 milhões inferior à de dezembro, quando foi efetuado o pagamento da segunda parcela do 13º salário dos servidores da União, além das despesas relativas às férias de servidores.

As liberações do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por sua vez, reduziram-se em R\$ 240,4 milhões, pelo fato de em dezembro ter sido efetuados repasses aos bancos para pagamento do abono salarial dos beneficiários do PIS/Pasep, referentes a novembro. No mês de janeiro de 2000, as despesas com abono e seguro-desemprego retornaram aos níveis verificados nos meses sem atipicidades.

Despesas do Tesouro em relação a janeiro/99

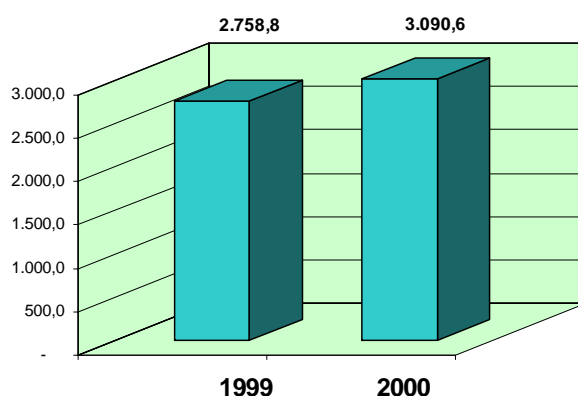
As despesas do Tesouro Nacional atingiram 9,9% do PIB do período, ficando 0,2 ponto percentual do PIB superior àquela de janeiro de 1999, não obstante a redução dos pagamentos de custeio e capital em 0,6 ponto percentual do PIB.

A despesa com pessoal e encargos cresceu 0,8 ponto percentual do PIB devido, em sua maior parte, à alteração no período de pagamento da folha salarial a partir de janeiro de 1999, mês em que foram registrados apenas 70% da folha referente a dezembro do ano anterior, enquanto que, em janeiro de 2000, a folha foi paga integralmente.

Outro determinante do crescimento desses gastos refere-se à liberação, em 30 de dezembro de 1999, de recursos no montante de R\$ 233,0 milhões para o pagamento da segunda parcela relativo ao reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro de 1993 e 30 de junho de 1998 (artigo 6º da Medida Provisória nº 1.962/2000), cujo impacto no caixa do Tesouro Nacional ocorreu no mês de janeiro de 2000.

As despesas de custeio e capital reduziram-se o equivalente a 0,6 ponto percentual do PIB. Excetuadas as despesas com abono e seguro-desemprego e aquelas com subsídios à agricultura e exportações, a redução foi de 0,4 ponto percentual do PIB. Cabe destacar que, em função da não aprovação do Orçamento, as liberações para custeio e capital obedeceram, no mês, a regra do duodécimo.

**Outras Despesas de Custeio e Capital
(Janeiro em R\$ milhões)**



As despesas com subsídios e subvenções econômicas registraram valores equivalentes a 1/3 da despesa incorrida em janeiro de 1999. Neste último caso, destaca-se a redução das despesas com subsídios à agricultura e às exportações, que passaram de R\$ 86,7 milhões, em janeiro de 1999, para R\$ 22,8 milhões, em janeiro de 2000. Registre-se que a evolução das despesas do PROEX reflete a não emissão de títulos (NTN-I) no mês em questão, em decorrência das alterações implementadas nas regras relativas à emissão de

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
Jan 1999/2000 (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	5,2%	6,0%
Custeio e Capital	4,5%	3,9%
Despesas do FAT	0,5%	0,4%
Subsídios e Subvenções	0,2%	0,1%
Outras	3,8%	3,4%

**OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
Jan 1999/2000**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Agricultura	9,1	21,4
Custeio Agropecuário	16,4	13,7
Investimento Rural	1,3	-
Preços Agrícolas	(30,9)	(12,2)
- EGF	1,2	0,5
- AGF	(42,0)	(14,9)
- Sustentação de preços	10,0	2,2
Pronaf	22,2	19,9
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	77,6	1,3
Proex	77,6	1,3
Total	86,7	22,8

títulos públicos para o custeio do programa, por meio da Medida Provisória nº 1.974/2000.

Previdência Social

Em janeiro, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 725,2 milhões contra R\$ 1,5 bilhão incorrido em dezembro de 1999, este último refletindo o pagamento do 13º salário aos beneficiários. A arrecadação líquida teve uma redução nominal de 55,4%, que pode ser explicado pelos seguintes fatores: i) recolhimento da contribuição incidente sobre o 13º salário, em dezembro; ii) repasse, em janeiro, das contribuições recolhidas sobre o 13º salário do ano de 1999, relativas às transferências a terceiros (SESI, SENAI, Fundo Aeroviário, INCRA etc.); e iii) ingresso de R\$ 110,8 milhões de receitas decorrentes de leilão de Certificados da Dívida Pública/INSS (CDP), em dezembro.

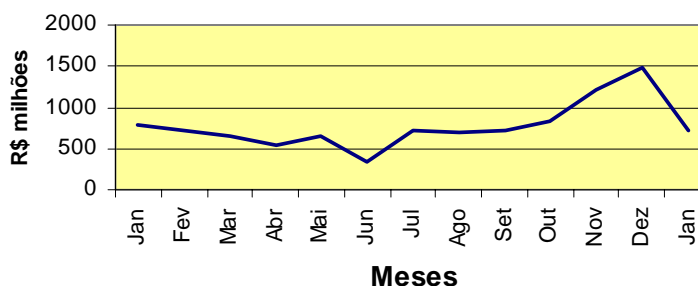
Merece registro o recolhimento adicional de R\$ 350,0 milhões decorrentes da arrecadação das empresas contratantes de serviço, executados mediante cessão de mão-de-obra (sub-rogação), caracterizando-se como o maior recolhimento desde a eficácia da medida, a partir de março de 1999.

O déficit primário da Previdência Social atingiu 0,8% do PIB, similar ao verificado ao longo de 1999. Em termos gerais, a redução do déficit pode ser atribuída às medidas que foram adotadas ao longo de 1999 com vistas à recuperação de créditos previdenciários, além dos efeitos da reforma da Previdência Social, que tem contribuído para a não elevação excessiva da taxa de crescimento da quantidade de benefícios concedidos. Observe-se que, ao longo do período, a diferença negativa entre receitas e despesas têm-se mantido elevada, com tendência de crescimento no longo prazo.

Em janeiro, o déficit primário da Previdência Social foi de 0,8% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan 1999/2000 (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,9%	4,4%
Benefícios	6,0%	5,2%
Resultado Primário	-1,1%	-0,8%

**Déficit da previdência Social
Brasil, 1999/2000**



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

1 A dívida líquida do Tesouro Nacional fechou o primeiro mês do ano em 20,6% do PIB, elevando-se 0,4 ponto percentual em relação a dezembro. Tal crescimento deve-se, em particular, ao aumento do estoque da dívida pública mobiliária federal em R\$ 6,5 bilhões, aliado à elevação dos saldos da dívida securitizada em R\$ 3,2 bilhões e da dívida externa em R\$ 720,0 milhões, mais que compensando o crescimento dos haveres contratuais da STN (R\$ 1,8 bilhões) e de fundos, autarquias e fundações (R\$ 1,7 bilhão).

O saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado em janeiro foi de 20,6% do PIB.

O aumento da dívida securitizada foi ocasionado por emissões relacionadas à dívida agrícola. A pequena desvalorização do real ocorrida em janeiro influenciou na variação positiva dos saldos de alguns haveres, como as aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador no BNDES corrigidas pela variação cambial, além da dívida externa. Esta última também cresceu devido ao lançamento do Bônus Global 2020.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado nos últimos três meses.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 1999/2000

(R\$ milhões)

	1999		2000
	Nov	Dez	Jan
I. DÍVIDA INTERNA	94.049	87.423	93.672
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	326.430	346.779	353.324
Dívida Securitizada	28.126	29.643	32.852
Dívida Contratual da STN	-195.630	-223.869	-225.694
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-180.763	-196.189	-196.784
Demais Dívida Contratuais	-14.867	-27.680	-28.911
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-64.877	-65.129	-66.809
Fat	-45.521	-45.487	-46.929
Demais Entidades	-19.356	-19.643	-19.880
II. DÍVIDA EXTERNA	125.590	116.840	117.560
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	95.856	89.185	89.551
Títulos Depositados em Garantia	-5.915	-4.496	-4.536
Dívida Contratual	36.153	32.904	33.277
Disponibilidades	-505	-752	-733
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	219.639	204.263	211.232
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,1%	20,2%	20,6%

O crescimento da dívida mobiliária interna em mercado, somado às emissões de dívida securitizada, compensou o aumento do saldo de haveres da União.

Dívida Mobiliária em Mercado e Securitizada

No mês de janeiro, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 26,1 bilhões em títulos, sendo R\$ 22,9 bilhões da DPMF, R\$ 8,0 bilhões de TDA e R\$ 3,1 bilhões para securitização da dívida agrícola. As emissões efetuadas em mercado tiveram por objetivo a rolagem da dívida mobiliária. Ao final do mês de janeiro, o estoque dessa dívida em mercado atingiu R\$ 353,3 bilhões, equivalente a 34,4% do PIB.

Em janeiro, as emissões líquidas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 4,2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão da DPMF e R\$ 2,8 bilhões em Dívida Securitizada.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, JAN/2000

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	22.656	255	22.911
LFT ¹	8.489	247	8.735
LTN	14.158	0	14.158
NTN-C	0	0	0
Demais	10	8	18
II. Resgates	21.487		21.487
LFT ¹	823		823
LTN	12.990		12.990
NTN-C	0		0
Demais	7.675		7.675
III. Valor líquido (I-II)	1.169	255	1.424
TDA			
I. Emissões		8	8
II. Resgates		37	37
III. Valor líquido (I-II)		-29	-29
Securitizados			
I. Emissões		3.144	3.144
II. Resgates		318	318
III. Valor líquido (I-II)		2.826	2.826

¹Inclui LFT, LFT-A, LFT-B, LFT-E e LFT-M

Em janeiro, as emissões financeiras centraram-se em LFT (R\$ 8,5 bilhões) e LTN (R\$ 14,2 bilhões).

As emissões financeiras centraram-se basicamente em LFT de um ano e LTN, emitidas com prazo de até 7 meses. O Tesouro manteve a estratégia de reduzir o número de vencimentos e alongar o prazo dos títulos prefixados.

Entre as demais colocações, destaque-se a emissão não financeira de LFT-B, no valor de R\$ 246,5 milhões, destinada ao cumprimento do contrato de assunção e refinanciamento de dívida contratual interna de diversos municípios, no âmbito da MP nº 1969/99.

Além disso, foram emitidos R\$ 3,1 bilhões em dívida securitizada com vistas ao refinanciamento agrícola. Esse valor refere-se à terceira tranche, das quatro previstas na Lei nº 9.138/95, que autorizou o Tesouro Nacional a negociar as dívidas dos agricultores junto às instituições financeiras. A última tranche deverá ser efetivada no ano de 2002.

Foram emitidos R\$ 3,1 bilhões em dívida securitizada para o refinanciamento agrícola.

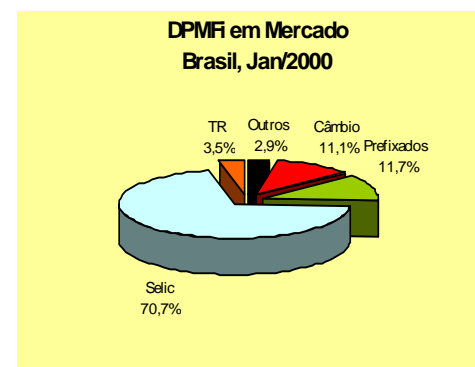
Ao final de janeiro, verificou-se um ligeiro crescimento dos títulos prefixados, que passaram de 11,4% em dezembro, para 11,7% do total no mês em análise. Entretanto, a composição da DPMFi em mercado manteve-se praticamente inalterada, conforme demonstrado na tabela 4 e no gráfico abaixo. A manutenção da elevada participação da dívida indexada à taxa Selic deveu-se, em boa medida, à colocação de LFT-A e LFT-B em anos anteriores, para assunção de dívidas de estados e municípios.

Composição da Dívida

**TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO
BRASIL, 1999**

(%)

Indexador	1999		2000
	Nov	Dez	Jan
Selic	68,5	70,8	70,7
Câmbio	12,9	11,2	11,1
Prefixados	14,3	11,4	11,7
TR	3,8	3,6	3,5
Outros	0,5	3,0	3,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

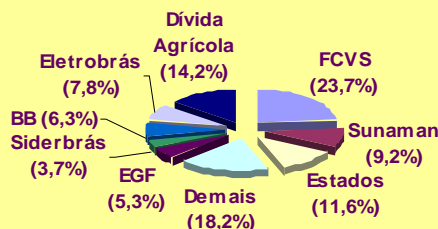


A participação relativa dos títulos cambiais no estoque da DPMFi continua se reduzindo lentamente, tendo passado de 13,2%, em outubro, para 12,9%, em novembro, 11,4% em dezembro e 11,1% em janeiro. É importante ressaltar que, com exceção da NTN-I, não tem mais havido colocação primária de títulos vinculados ao câmbio.

A dívida securitizada mostra-se em sua maior parte (59,5%) composta por: i) títulos relativos ao FCVS, emitidos para assunção do passivo do referido fundo; ii) dívida agrícola, títulos emitidos no âmbito do programa de securitização agrícola; e iii) emissões para assunção de dívidas no âmbito dos Estados, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Os CVSS, certificados emitidos com vistas à assunção do passivo do FCVS, compõem 23,7% do total da dívida securitizada.

Composição da Dívida Securitizada - Janeiro/2000



Custo e Prazo Médios

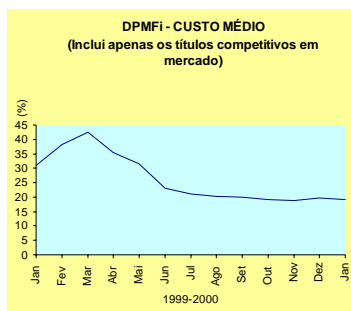
Em janeiro, o custo médio anual do total da dívida pública mobiliária em mercado atingiu de 18,16%. Se considerados apenas os títulos emitidos por meio de processo competitivo em mercado, o custo médio anual foi de 18,72%, sendo mais elevado para os títulos indexados à variação cambial, cujo custo médio anual atingiu 23,40%. Observe-se que o custo médio da LTN no mês de janeiro, de 20,61%, é inferior ao obtido em dezembro de 1999, que ficou em 21,17%, como reflexo das menores taxas de captações obtidas no mês em análise.

A redução do prazo médio dos títulos negociados em mercado deve-se ao crescimento gradual da participação dos prefixados.

TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Jan/2000

(R\$ milhões)				
Título	Indexador	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	Prefixados	12,1%	2,53	20,61%
LFT	Selic	45,6%	89,07	18,94%
NTN-D	Câmbio	7,8%	14,47	23,40%
NTN-S	Prefixados+Selic	11,7%	1,98	18,94%
Demais	Vários	22,9%	-	-
Total		100,0%	27,14	18,16%
Competitivos			7,89	18,72%
Securitizados			157,32	20,16%

Obs.: Prazo Médio em meses.
Custo Médio em % anual.



O custo médio do mês em referência reflete a tendência de queda gradual, iniciada após o mês de março de 1999, quando atingiu o pico de 42,42%, devido às dificuldades conjunturais enfrentadas pela economia naquele período. No mês de agosto de 1999, o custo médio já se encontrava em um patamar de 20,24%. Desde então, tem se mantido em uma trajetória próxima aos 19,00%, com tendência de queda.

Com relação ao prazo médio da dívida mobiliária em mercado, este ficou em 27,14 meses. Se consideradas apenas as emissões sob processo

competitivo de formação de taxas, o prazo médio atingiu 7,89 meses, apresentando queda em relação ao mês anterior, que ficou em 8,35 meses, associada ao aumento gradual da participação relativa das LTN no estoque de títulos.

Observa-se que o prazo médio dos títulos competitivos em mercado atingiu seu pico em julho de 1999, correspondente a 12,67 meses, com o aumento significativo no prazo das LFT competitivas naquele mês. A partir de agosto do mesmo ano, o Tesouro Nacional começou a privilegiar a colocação de títulos prefixados, cujo prazo é mais curto, com objetivo de alcançar uma menor sensibilidade do custo da dívida às flutuações de curto prazo das taxas de juros em mercado.

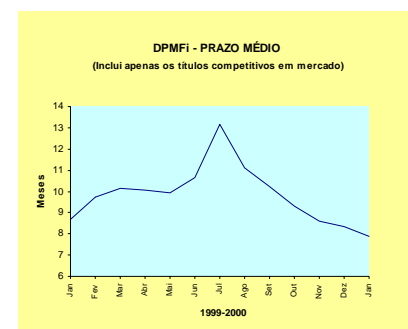
Com relação à dívida securitizada, seu custo médio anual atingiu 20,16%, no mês de janeiro, caindo consideravelmente em relação ao mês anterior, que foi de 30,72%. Tal queda se deve à variação no IGP-DI, que corrige 56% da dívida securitizada, que passou de 2,53% em dezembro para 1,23% neste mês.

O prazo médio dos créditos securitizados fechou o mês de janeiro em 157,32 meses, sendo que o prazo médio dos títulos relacionados ao FCVS foi de 323,24 meses.

O saldo dos haveres líquidos do Tesouro Nacional fechou o primeiro mês do ano em R\$ 292,5 bilhões (28,5% do PIB). Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 3,5 bilhões em relação a dezembro, sendo R\$ 1,8 bilhões no âmbito da STN e R\$ 1,7 bilhões nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

Do lado da STN, contribuiu para esse comportamento, além da variação dos indicadores econômicos que atualizam a dívida contratual, a renegociação das dívidas dos municípios, no âmbito da MP nº 1.969/99, com emissões para 13 municípios, no valor total de R\$ 246,5 milhões.

A Tabela 6, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Contratual Interna ao longo dos últimos três meses.



Dívida Líquida Contratual Interna

MP nº 1.969/99
Características e Efeitos

- Por meio da MP nº 1.969/99 a União foi autorizada a assumir e refinarar obrigações de responsabilidade dos Municípios, que não efetuaram negociações anteriores com o Tesouro Nacional. O prazo para pagamento foi estipulado em 30 anos. Os encargos com juros foram fixados em 9% ao ano, podendo ser reduzidos para 7,5% ou 6% se liquidado à vista 10% ou 20%, respectivamente, do montante das dívidas a serem refinanciadas;
- Foram atendidos até janeiro 74 municípios de 13 estados;
- O saldo dos haveres do Tesouro Nacional junto aos municípios em janeiro é de R\$ 4,2 bilhões;
- Até janeiro o Tesouro Nacional recebeu R\$ 101,4 milhões entre pagamentos de principal e juros, apenas no âmbito desta MP.

TABELA 6
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 1999/2000

	(R\$ milhões)		
	1999		2000
	Nov	Dez	Jan
TOTAL DA STN	-195.630	-223.869	-225.694
Dívida Bancária	39.389	39.503	39.613
Demais Dívidas da STN	3.301	3.194	3.159
Lei 7.976/89	-11.712	-10.942	-10.618
Lei 8.727/93	-43.193	-43.351	-43.499
Lei 9.496/97	-103.692	-121.833	-122.418
Renegociação de Dívidas dos Municípios - MP 1.969/99	-2.866	-3.852	-4.233
Demais Haveres da STN	-76.856	-86.588	-87.698
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-64.877	-65.129	-66.809
FAT	-45.521	-45.487	-46.929
Demais Entidades	-19.356	-19.643	-19.880
TOTAL	-260.507	-288.999	-292.503
TOTAL/PIB	-26,3%	-28,6%	-28,5%
TOTAL DA STN/PIB	-19,7%	-22,2%	-22,0%

Dívida Externa

Em janeiro, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional foi de R\$ 117,6 bilhões, ou 11,4% do PIB, caindo 0,2 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.

Neste mês, o País retornou ao mercado de títulos com lançamento do bônus Global 2020, com coupon de 12,75% ao ano. Foi captado US\$ 1,0 bilhão com prazo de 20 anos, apresentando um spread de 650 *basic points* sobre o título do tesouro americano de referência. A recepção do papel pelo mercado foi extremamente positiva, principalmente pelo fato de o montante do título ter sido limitado em US\$ 1,0 bilhão, quando havia demanda para, no mínimo, mais US\$ 600,0 milhões. A operação veio a oferecer um novo ponto na curva de risco soberano brasileiro neste mercado.

No que se refere à execução financeira da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional, foram efetuados pagamentos regulares a Organismos Multilaterais (R\$ 31,3 milhões de amortização do principal e R\$ 9,2 milhões de juros e encargos), Bancos Privados/Agências Governamentais (R\$ 51,7 milhões de amortização e R\$ 43,2 milhões de juros e encargos), além dos juros e encargos provenientes da dívida mobiliária externa (R\$ 79,2 milhões), conforme demonstrado na tabela 7 abaixo.

BÔNUS GLOBAL 2020
Características

- Preço de Lançamento:** 96,394%
Montante Emitido: US\$ 1,0 bilhão
Data de Emissão: 26/01/2000
Data de Vencimento: 15/01/2020
Coupon: 12,75% ao ano
Convencção para Cálculo: mês com 30 dias e ano com 360 dias
Amortização: Bullet
Forma de Título: ao portador
Denominação: US\$ 1.000
Condições: Não resgatável antecipadamente.

**TABELA 7
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Jan/2000**

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	82,9	131,6	214,5
I.1. Organismos Multilaterais	31,3	9,2	40,5
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	51,7	43,2	94,9
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	79,2	79,2
BIB ¹	0,0	0,2	0,2
Global 2020 ²	0,0	79,0	79,0

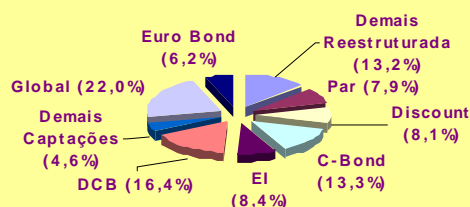
¹ Títulos emitidos em decorrência do acordo de reestruturação firmado pelo Brasil em 22/09/88, constituindo-se em opção para credores que desejassem sair do "risco Brasil". Não possuem garantia de principal ou juros.

² Título de captação, emitido de acordo com a Resolução nº 57/95, com a nova redação dada pelas Resoluções nº 51/97 e 23/99, todas do Senado Federal.

Atualmente, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Títulos Depositados em Garantia (Haveres) e Disponibilidades Externas de Fundos, Autarquias e Fundações (Haveres). No âmbito da Dívida Mobiliária Externa (R\$ 89,6 bilhões em janeiro), 66,3% são Bônus de Renegociação, também conhecidos como *Bradies*, e os restantes 33,7% são Bônus de Captação.

Características

Composição da Dívida Mobiliária Externa - Janeiro/2000



Em janeiro, o prazo médio dos Bônus de Renegociação foi de 5,51 anos, enquanto o prazo médio dos Bônus de Captação ficou em 5,43 anos. O custo médio dos *Bradies*, em janeiro, foi de 6,25% ao ano, e o dos Bônus de Captação ficou em 10,68% ao ano.